

Ofício 5.402/2025

De: Ana O. - SEARP - DCCONS

Para: Manuela de Fátima Almeida Duarte

Data: 12/11/2025 às 09:33:39

Setores envolvidos:

SEARP - DCCONS, SEARP - DCCONS - CMDCA

Ata 679, 681 e 682 - CMDCA assinatura

Envio ata para assinatura.

Atenciosamente,

—

Ana Neves

Secretária Executiva CMDCA e CMAS

Analista Administrativo II - Matrícula 52735

Anexos:

Ata_n_679_Ordinaria_05_09_2025.pdf

Ata_n_681_Ordinaria_10_10_2025.pdf

Ata_n_682_Ordinaria_24_10_2025.pdf

Ata nº 679. Aos cinco dias de setembro de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, os conselheiros se reuniram na Casa dos Conselhos, para realizar a **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de Balneário Camboriú–SC.** Estavam presentes os seguintes conselheiros: Catharine Silva de Souza, Eni Ermelinda Alves, Ana Rute de Almeida Machado, Valdeci Matias, Luciano Pedro Estevão, Josiane Hoepers, Wilson Reginatto Junior, Maria Helena Gruhlke Toniazzi, Josiane Steil, Manuela Pessoa Duarte. Ausências justificadas: Luciana Leme, João Passos, Claudinei Machado. Participaram também Dijaiza Gomes de Sá e Souza do Comitê de Escuta Especializada, Regina dal Bem da AMA Litoral, Renan Cara do CAMPI Brasil, Anuar Schmitt do Instituto Verde e Amarelo, Luciana Ferrari assistente social, Aryane Helena Baptista visitante, Gabrielle Goes e Ana Medeiros do Instituto Juntas, Tamara Lins da Univali, Abner dos Santos do CREAS, Débora Ribas do CRAS da Região Sul, Clóvis Ribeiro da Associação Dragão Negro e Federação FJT, Cristiane Amorim e Stefany Couto Varela do Conselho Tutelar, Maria Alcirene Batestoti Dellagnelo do Instituto Ilário Borges, Jessica Egidio da Escola de Cães Guia Helen Keller. **Pauta 01: Presença do Secretário Omar;** O secretário não se fez presente na reunião, a pauta não foi discutida. **Pauta 02: Apresentação das entidades: Amor pra Down, Dragão Negro e Federação de Taekwondo (10 minutos cada);** Apresentação do Amor pra Down, Dragão Negro e Federação de Taekwondo. **Pauta 03:** Leitura dos Ofícios Expedidos e Documentos Recebidos. Ata nº 678 já foi lida e aprovada na reunião anterior. **Documentos Expedidos:** Despachos 14, 15 e 16 – Protocolo 52.326/2025 – Encaminhado novo documento de homologação do Edital de Chamamento Público 001/2025, conforme Ata 678. Despacho 8 – Protocolo nº 50.215/2025 – Respondido em 25/08/2025 às 09h11 por Ana Neves (SEARP – DCCONS), Analista Administrativo II, em nome da Presidente do CMDCA, Josiane Hoepers, informando que permanecem à disposição caso seja necessária documentação adicional. Despacho 9 – Protocolo nº 50.215/2025 – Respondido em 25/08/2025 às 09h19 por Ana Neves (SEARP – DCCONS), Analista Administrativo II, em nome da Presidente do CMDCA, Josiane Hoepers, reiterando a discussão ocorrida em reunião ordinária quanto à importância e urgência da implementação de sistema que otimize as prestações de contas das organizações não governamentais e facilite o fluxo com a Controladoria da Prefeitura. Despacho 6 – Protocolo nº 46.308/2025 – Informado agendamento da reunião ordinária do CMDCA para 05/09/2025 às 9h, com convite ao Secretário Omar para debate sobre o Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente, visto que debate ainda não ocorreu. Memorando nº 55.369/2025 – Registrada solicitação do CMDCA para publicação do Plano de Ação 2025, aprovado na Ata nº 678, no Diário Oficial (SEARP) e no site da Prefeitura, com posterior envio de cópia da publicação. Ofício nº 3.903/2025 – Em 26/08/2025, o CMDCA manifestou-se em atendimento ao Ofício

nº 0424/2025/4ª PJBC, encaminhando a documentação solicitada e colocando-se à disposição. Memorando nº 56.019/2025 em 28/08/2025 Ana O., Analista Administrativo II da SEARP – DCCONS, enviou atas 675 e 677 do CMDCA para assinatura. Ofício nº 3.953/2025 em 28/08/2025 Ana O., Analista Administrativo II da SEARP – DCCONS, enviou as atas 673, 676 e 678 do CMDCA para assinatura. Memorando nº 57.937/2025, recebido em 04/09/2025 às 13h23, emitido pela Analista Administrativa II Ana O. (SEARP - DCCONS), solicita, por determinação da Presidente do CMDCA, Sra. Josiane Hoepers, a publicação do Resultado Definitivo do Edital de Chamamento Público nº 01/2025 – CMDCA no Diário Oficial (SEARP) e no site da Prefeitura (SECOM), bem como o envio de cópia da publicação. Despacho nº 9 – Protocolo 46.340/2025, respondido em 05/09/2025 às 07h26, pela Analista Administrativa II Ana O. (SEARP - DCCONS), informa que a Sra. Josiane Hoepers encontra-se alocada na pasta do CMAS, e não mais no CMDCA, solicitando verificação da situação devido à necessidade de assinaturas diárias em ofícios e memorandos no 1Doc. **Recebidos:** Protocolo 76.424/2025 – Recebido ofício da Associação Beneficente Cristã Real Esperança, em 19/08/2025, referente à alteração do plano de trabalho do projeto “A Arte da Transformação”, limitado ao cronograma de desembolso, sem alteração do valor total. Despacho 4 – Protocolo 70.427/2025 – Encaminhada, em 19/08/2025, solicitação da AMA Litoral para aprovação, pelo Gestor do Fundo, de aditivo ao plano de trabalho junto ao CMDCA, com realocação de valores entre folha de pagamento e despesas de manutenção, sem alteração do valor global ou do quadro de colaboradores. Despachos 3 e 4 – Protocolo 73.574/2025 – Em 19 e 20/08/2025, a AMA Litoral SC encaminhou readequação do Plano de Trabalho referente ao período de execução do projeto, conforme orientações da comissão de seleção. Despacho 3 – Protocolo 71.590/2025 Em 20/08/2025, a Associação Dragão Negro de Taekwondo encaminhou plano de trabalho atualizado, conforme solicitação de adequação ao edital. Despacho 3 – 73.001/2025: Recebido em 20/08/2025, às 12h39, e encaminhado pela Escola de Cães Guias Helen Keller (ECG HK), por meio da Sra. Danielle Pauxis, com envio do plano de trabalho atualizado, conforme solicitação na homologação do Edital 01.2025. Despacho 8 – 68.025/2025: Respondido em 20/08/2025, às 14h51, por Josiane H. (SEARP – DCCONS), informando que o certificado de qualificação de registro CMDCA pode ser utilizado para o objetivo solicitado. Despacho 9 – 68.025/2025: Respondido em 20/08/2025, às 14h54, pelo Instituto Pater de Educação e Cultura, solicitando reanálise da situação para protocolo junto ao sistema do MTE, incluindo os CBOs listados. Despacho 10 – 68.025/2025: Respondido em 20/08/2025, às 15h30, pelo Instituto Pater de Educação e Cultura, complementando que, segundo Portaria nº 3.872/2023 do MTE, é obrigatória a inscrição no CMDCA e o protocolo de cursos assinado pelo Conselho para validação e início das atividades. Despacho 31 – 34.992/2025: Respondido em 20/08/2025, às 15h53, por Caio R. (PGM – SUBP – ASS), encaminhando o Ofício nº 0339/2025/09PJ/BCA referente ao SIG

nº 01.2025.00026710-3, no qual a 9ª Promotoria de Justiça solicita informações sobre providências cautelares relativas à suspensão de repasses financeiros e medidas administrativas adotadas para garantir a regularidade dos recursos públicos, com prazo para resposta até 01/09/2025 para a Secretaria de Assistência Social e Comissão de Monitoramento e Avaliação. Despacho 32 – 34.992/2025: Encaminhado em 20/08/2025, às 16h39, por Caio R. à Controladoria Geral (Angelita K.) Ofício nº 0340/2025/09PJ/BCA com mesmo teor do Ofício 0339 para providências, reforçando o prazo final de 01/09/2025. Despacho 33 – 34.992/2025: Encaminhado em 20/08/2025, às 17h03, por Angelita K. (CGM), à CGM Subcontroladoria Geral de Auditoria para tratativas. Protocolo 76.909/2025: Recebido em 20/08/2025, às 17h04, pela Associação Amor Pra Down, com envio do plano de trabalho ajustado conforme homologação e período de execução previsto no Edital de Chamamento Público nº 01/2025 – CMDCA. Despacho 2 – 73.560/2025: Respondido em 20/08/2025, às 18h23, pela Biblioteca Comunitária Bem Viver do Bairro das Nações, enviando documentação para celebração de parceria com a Prefeitura de Balneário Camboriú via CMDCA e FMDCA, incluindo plano de trabalho ajustado conforme edital nº 001/2025 e anexos necessários para formalização. Memorando 54.474/2025: Recebido em 21/08/2025, às 13h31, enviado por Cristiane A. (SMA – CTUT), com encaminhamento para conhecimento do CMDCA do fluxo construído em reunião conjunta sobre abordagem ao trabalho infantil em Balneário Camboriú. Tramitação 37 – 984/2025: Respondida em 20/08/2025 às 09h02, pela Associação Amor Pra Down, com envio da ata de aprovação do projeto de ampliação da área de atendimento. Tramitação 38 – 984/2025: Encaminhada em 20/08/2025 às 14h29, por Lana B. (CGM), anexando parecer da Comissão de Seleção e checklists para análise pela coordenadora Marília R. Tramitação 39 – 984/2025: Encaminhada em 21/08/2025 às 10h02, por Marília R. (CGM), solicitando parecer jurídico à PGM sobre a legalidade da celebração do termo de parceria com a Associação Amor Pra Down, relativo a recursos captados via superávit financeiro do Imposto de Renda no valor de R\$ 1.975.000,00. Tramitação 40 – 984/2025: Encaminhada em 21/08/2025 às 16h01, por Guilherme S. (PGM), para manifestação do Subprocurador Daniel H. Protocolo nº 77.581/2025 – Recebido documento da Fundação Universidade do Vale do Itajaí, via site, em 22/08/2025 às 15h53, com adequação orçamentária e período de execução referentes ao Edital de Chamamento Público nº 01/2025, destinado à celebração de parceria. Despacho 3 – Protocolo nº 73.428/2025 – Respondido em 22/08/2025 às 20h15 pelo Instituto Anjos Sem Asas, com envio de plano de trabalho modificado. Despacho 4 – Protocolo nº 73.572/2025 – Respondido em 22/08/2025 às 20h19 pela Associação Beneficente Cristã Real Esperança, com envio de proposta alterada conforme solicitação do CMDCA. Tramitação 43 – Protocolo nº 984/2025 – Respondido em 24/08/2025 às 23h05 pelo Procurador Antonio Cesario Pereira Junior (PGM – GACPJ), manifestando parecer favorável à intenção de ajuste, nos termos do inciso VI do art. 35 da

Lei 13.019/13, com adoção das observações da Comissão de Seleção constantes no Despacho/Tramitação 38 para a Execução Amor Pra Down - Ata 662 Chancela. Despacho 10 – Protocolo nº 50.215/2025 – Respondido em 25/08/2025 às 12h00 por Angelita K. (CGM), Secretária, informando que está em análise a proposta de sistema mais adequado de prestação de contas para OSCs, bem como a verificação da dotação orçamentária, sendo que no exercício atual o trabalho ocorre com saldo remanescente sem previsão para tal investimento. Protocolo nº 4-70.427/2025 – Em 19/08/2025, registrada a solicitação de assinatura por Marília Coelho da Rosa (CGM - CI - CCC). Em 26/08/2025, Omar Mohamad Ali Tomalih (SMA) assinou digitalmente o protocolo, conforme MP nº 2.200/2001. Despacho nº 2 – Protocolo 73.050/2025: Respondido em 27/08/2025, às 16h09. A Associação de Apoio às Famílias de Deficientes Físicos – AFADEFI apresentou documentação conforme item 8.1.4 do Edital de Chamamento Público nº 001/2025 – CMDCA, visando à celebração de parceria. Protocolo nº 78.923/2025: Recebido em 28/08/2025. A Universidade do Bem Viver da Foz do Rio Itajaí Açu requereu registro e qualificação junto ao CMDCA, sem interesse em habilitação para recursos públicos, conforme Resolução nº 026/2019 e ECA. Documentos anexos apresentados. Despacho nº 2 – Protocolo 73.174/2025: em 27/08/2025. A AFADEFI apresentou documentos conforme item 8.1.4 do Edital de Chamamento Público nº 001/2025 – CMDCA, para celebração de parceria de contraturno. Memorando nº 55.941/2025: Recebido em 27/08/2025. O Secretário da Assistência Social, Omar Tomalih, informou ao CMDCA sobre o Decreto nº 12.585/2025, que determina intervenção no Contrato de Gestão nº 003/2024, firmado com a OSC USC Saúde. A medida visa garantir a continuidade dos atendimentos na Casa do Autista, com transição emergencial em até 10 dias e nova gestão provisória por até 180 dias via dispensa de licitação. Novo processo licitatório será iniciado em que Secretário se compromete a informar o CMDCA de sua homologação. Despacho nº 35 – Protocolo 34.992/2025 Encaminhado em 31/08/2025. Fernando P., Analista Administrativo II da SMA – CAFCD, encaminhou à Comissão de Intervenção o conjunto documental solicitado pelo Memorando nº 55.847/2025, referente ao acompanhamento da execução do Contrato de Gestão nº 003/2024, conforme Portaria nº 01/2025/CEAI, para subsidiar a apuração de irregularidades na Casa do Autista. Despacho nº 10 – Protocolo 15.687/2025 Encaminhado em 31/08/2025 Fernando P., Analista Administrativo II da SMA – CAFCD, encaminhou à Comissão de Intervenção o conjunto documental solicitado pelo Memorando nº 55.847/2025, referente ao acompanhamento da execução do Contrato de Gestão nº 003/2024, conforme Portaria nº 01/2025/CEAI, para subsidiar a apuração de irregularidades na Casa do Autista. Despacho nº 6 – Protocolo 73.574/2025 Respondido em 29/08/2025 às 13h49. Regina Moro Dal Bem, da AMA Litoral SC, enviou documentos referentes à segunda fase do chamamento público do FMDCA – Edital nº 001/2025. despacho nº 5 – Protocolo 73.428/2025 Respondido em 30/08/2025 às 21h19. Instituto Anjos Sem Asas

enviou documentação referente à nova fase. Despacho nº 3 – Protocolo 55.941/2025 Respondido em 28/08/2025. Omar T., Secretário da SMA, informou a publicação da proposta da Associação AMA LITORAL para gestão da Casa do Autista por seis meses, no valor de R\$ 2.453.940,00, conforme Dispensa Licitatória – Termo 001/2025 – DL – FMDCA , submetendo a este Conselho de Direito para conhecimento e aprovação, caso assim seja necessário. Despacho nº 2 – Protocolo 55.940/2025 Encaminhado em 28/08/2025 às 11h30. Quézia R., Analista Administrativo II da PGM – SUBP – ASS, encaminhou o Ofício nº 0354/2025/09PJ/BCA, da 9ª Promotoria de Justiça, que requisita informações e documentos relacionados ao Chamamento Público nº 01/2025, com prazo para envio até 05/09/2025 para Josiane Hoepers, presidente do CMDCA. Despacho 4 - Protocolo 48.681/2025: Em 01/09/2025 André Afonso Tavares, Auditor Interno da CGM, encaminhou manifestação da Comissão de Monitoramento e Avaliação delimitando questões jurídicas e solicitando parecer jurídico. Solicitou ratificação para encaminhamento à Procuradoria Jurídica do município. Despacho 5 - Protocolo 48.681/2025: em 01/09/2025 o mesmo encaminhou documento ao Subprocurador Daniel Brose Herzmann da PGM. Despacho 36 - Protocolo 34.992/2025: Em 01/09/2025 às 15h10, André Afonso Tavares, Auditor Interno da CGM, registrou resposta ao Ofício n. 0339/2025/09PJ/BCA por meio do Memorando 52.436/2025. Despacho 37 - Protocolo 34.992/2025: Em 01/09/2025 às 18h29, Angelita Koslowski, Controladora-Geral, encaminhou resposta referente à demanda da setorial ao Ministério Público. Despacho nº 38 – Protocolo 34.992/2025, respondido em 04/09/2025 às 16h55, pela Analista Administrativa II Quézia R., informa o envio de dados ao MPSC por meio do Ofício nº 4.077/2025. Despacho 7 - Protocolo 70.427/2025: Em 02/09/2025 às 11h00, Marília Coelho da Rosa, Coordenadora da CGM, encaminhou documento para ciência de Taison P., gestor da parceria referente à readequação do Plano de Trabalho da AMA Litoral. Despacho 8 - 70.427/2025, respondido em 02/09/2025 às 13h34, pelo Auditor Fiscal de Tributos Municipais Taison P., registrando ciência da readequação do Plano. Memorando 56.998 - Cristiane Amorim, Conselheira Tutelar, encaminhou os dados de atendimento do Conselho Tutelar referentes ao segundo trimestre de 2025, conforme orientação do CONANDA em 01/09. Memorando 57.277/2025, recebido em 02/09/2025 às 13h54, enviado pela Gestora Thamyres F., da SMA - CAUT, com envolvimento dos setores SMA - CAUT e SEARP - DCCONS, contendo link para acesso aos relatórios qualitativos e quantitativos da USC Saúde sobre a gestão da Casa do Autista, dirigido ao CMDCA. Despacho 1 - 57.277/2025, respondido em 03/09/2025 às 10h49, pela Analista Administrativo II Ana O., do SEARP - DCCONS, solicitando a anexação dos documentos do link em formato PDF no memorando. Despacho 2 - 73.556/2025, respondido em 03/09/2025 às 11h25, enviado pelo Projeto Vida, com envolvimento de internos, dirigido a Joseane Hoepers, contendo documentos anexados solicitados no Edital de Chamamento Público 01/2025 do Núcleo Assistencial Humberto de Campos (NAHC), assinado por Jurema

Nazareth Ramos Cardoso, Presidente do NAHC. Despacho 2 - 77.581/2025, em 03/09/2025 às 18h22, enviado pela Fundação Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), com acompanhamento interno, dirigido ao CMDCA, contendo documento referente à celebração do Edital de Chamamento Público nº 01/2025 para parceria. Remetente: Indiameri Ramim Letchinia. Protocolo nº 81.569/2025, recebido em 04/09/2025, refere-se ao envio, pela Associação Amor pra Down, da documentação relativa à celebração da parceria do Edital nº 001/2025 – CMDCA, endereçada à Presidente do CMDCA, Sra. Josiane Hoepers.

Discussão: **A) Resposta ao MPSC referente a CMA.** Foi lido na íntegra o memorando 50.215/2025. Os conselheiros leram sugestão de resposta anexa distribuída pela presidente Josiane Hoepers, onde foi elaborada outra resposta. Os conselheiros concordaram em responder que não houve pedido de suspensão da comissão de monitoramento da gestão pública e todas as oscs foram nas reuniões agendadas com a CMA (Comissão de Monitoramento e Avaliação da Prefeitura Municipal) se adequaram às exigências solicitadas e que o CMDCA se coloca à disposição para qualquer esclarecimento. **B) Casa do Autista:** a presidente Josiane pediu que algum conselheiro lesse os documentos, devido ao seu envolvimento com a instituição. O conselheiro Luciano assumiu a palavra e leu na íntegra o memorando 55.941/2025 enviado pelo Secretário Omar, o mesmo comunicou que a Ama Litoral assumiu a Casa do Autista. Assim, Luciano prosseguiu para a leitura da sugestão de resposta anexa. O conselheiro falou que o CMDCA deveria ter sido comunicado sobre as supostas irregularidades da Casa do Autista, pois o recurso saiu deste fundo. Conselheiros concordaram em além da resposta lida, incluir solicitação à Prefeitura da documentação que levou a interdição da Casa do Autista e relatórios mensais da prestação de contas da AMA Litoral. Com a palavra a Regina Assistente Social da AMA LITORAL, que assumiu a gestão da Casa do Autista, o projeto irá assumir o nível 1 e 2 do TEA e depois, será ampliado para o nível 3 também. O Renan da CAMP BRASIL falou que não houve transparência na licitação e que participou do processo. Foi falado que em caráter de urgência por 180 dias a AMA Litoral. **C) Presidente Josiane comunicou sobre denúncia sobre edital de chamamento público** no MPSC e que foi divulgado no Página 3. Conselheiros concordaram que o processo seguiu os trâmites necessários para a publicação do edital. **Pauta 04: Conselho Tutelar;** A Cristiane do CT falou sobre a dificuldade dos atendimentos na região Sul, é uma região muito frágil em atendimentos. Todos discutiram os obstáculos e potencialidades das OSCs. A conselheira tutelar Cristiane destacou a fragilidade e as dificuldades enfrentadas pelas famílias em situação de vulnerabilidade na região. Ressaltou que, desde o primeiro trimestre de 2024, o Conselho Tutelar tem solicitado ao CMDCA maior atenção a essa localidade, bem como a criação e implementação de políticas públicas específicas para a região. Enfatizou, ainda, a necessidade de políticas voltadas ao enfrentamento da infrequência escolar e dos conflitos familiares, apontando que essas são as principais

demandas identificadas nos relatórios elaborados pelo Conselho Tutelar. Os coordenadores do CRAS da Região Sul e do CREAS reforçaram a situação de fragilidade social e a alta demanda existente na Região Sul. Apontaram que, mesmo com a disponibilização do ônibus de tarifa zero, ainda não há acessibilidade suficiente para que a população local tenha acesso pleno aos serviços municipais e das Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Ressaltaram a necessidade urgente de ações efetivas no território. Conselheiros do CMDCA sugeriram que o CRAS promova uma articulação entre o CMDCA e as organizações da sociedade civil, com o objetivo de elaborar projetos voltados ao atendimento da Região Sul, a serem apresentados ao Conselho. Além disso, recomendou-se a apresentação de projetos governamentais ao Secretário Omar, com vistas a captar recursos do CMDCA para ampliar os atendimentos na referida região. A conselheira Eni mencionou o interesse da instituição Real Esperança em ampliar seu atendimento, por meio da abertura de uma sede na região.

Pauta 05: Comissão de registro e projetos; o conselheiro Valdeci se pronunciou pela Comissão de Registro em que foi analisada: a) Universidade do Bem Viver da Foz do rio Itajaí Açu - UBV - desfavorável. Não apresentou certidão negativa municipal, alvará sanitário, publicação anual das atividades e fazer alteração no projeto para modelo do CMDCA. Todos aprovaram o parecer da Comissão. Ficou decidido que será enviada a presente ata para a UBV. O conselheiro Valdeci pediu a senhora Maria Alcirene do Instituto Ilário Borges o contate para auxílio nos modelos do registro. **Pauta 06: Comissão para análise dos projetos do edital;** já discutido na Pauta 02. **Pauta 07: Presença do Comitê de Escuta Especializada;** Djaiza falou que está como vice-presidente do comitê da escuta especializada e gostaria de ampliar a capacitação de escutadores, pois atualmente estão com 12 escutadores de 200 que fizeram o curso. Nessa pauta foi mencionado que precisa ser disponibilizado a segunda parte do treinamento para a Escuta Especializada, que foi deixado em aberto no dia do treinamento. Pois foi feito um treinamento em 2024 e outro em 2025, ambos com da primeira fase. Conselheiro Luciano solicitou um relatório da escuta especializada de atendimentos realizados e de escutadores que estão sob responsabilidade da Proteção Global, a ser respondido em memorando deste departamento enviado ao CMDCA, para que assim se possa analisar a importância de uma nova capacitação de escuta especializada. Todos aprovaram a solicitação. **Pauta 08: Assuntos Gerais.** Luciano se manifestou em relação aos participantes Governamentais que atualmente só está vindo um representante da saúde. Falou sobre a amostra da ANIMA que está em exposição na cidade.

Lista de encaminhamentos e prioridades. Lista de encaminhamentos da presente reunião ficou definida como:

1. Pauta 02: B) Solicitar à prefeitura a documentação que levou a interdição da Casa do Autista e relatórios mensais da prestação de contas da AMA Litoral.
2. Pauta 05: Ficou decidido que será enviada a presente ata para a UBV.
3. Pauta 07: Luciano solicitou um relatório da escuta especializada de atendimentos realizados e de escutadores que estão sob responsabilidade da Proteção Global, a ser respondido em memorando deste departamento enviado ao CMDCA. Todos aprovaram a solicitação.

Após a leitura da lista de encaminhamentos da presente reunião, os conselheiros aprovaram a ordem de prioridade acima. Foi colocada em votação a presente ata, que todos aprovaram. Nada mais havendo a tratar eu Manuela Duarte, primeira secretária, lavro a presente ata que segue assinada por mim e pela presidente deste conselho, Josiane Hoepers.

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROMOTOR DE JUSTIÇA

A Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, conhecida como Lei das Parcerias entre a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil, é a legislação que regula integralmente a celebração, execução e prestação de contas dessas parcerias. Toda a atuação das entidades e órgãos públicos envolvidos deve observar rigorosamente os procedimentos e atribuições previstos nesta lei.

Inicialmente, cabe destacar alguns pontos importantes nos termos da Lei nº 13.019/2014, vejamos:

- 1) **Papel do Gestor Público:** Cada entidade parceira possui um gestor indicado pela administração pública. Toda a documentação referente à execução do objeto da parceria deve ser encaminhada primeiramente a este gestor, que é o responsável legal pela análise e aprovação preliminar das prestações de contas.
- 2) **Função da Comissão de Monitoramento e Avaliação:** A Comissão tem caráter exclusivamente homologatório, devendo atuar após a análise realizada pelo gestor público. Seu papel é verificar e homologar os relatórios encaminhados pelo gestor, e não realizar análises paralelas ou solicitações diretas às entidades.
- 3) **Atuação da Comissão:** Até o momento, nenhum dos relatórios enviados pelos gestores foi formalmente homologado. A Comissão, ao solicitar diretamente documentos e informações às entidades, está extrapolando suas atribuições legais, realizando ações que não estão previstas na lei e deixando a desejar no que realmente é sua atribuição legal.
- 4) **Obrigações das Entidades Parceiras:** As organizações devem apresentar toda a documentação exigida em lei exclusivamente ao gestor público responsável. Esta prestação de contas deve ser completa e seguir integralmente o que determina a legislação, sem interferências de órgãos que não possuam atribuição legal.
- 5) **Cumprimento das funções pelos servidores públicos:** Os funcionários públicos devem desempenhar suas atividades conforme definido pela Lei nº 13.019/2014, respeitando as competências atribuídas a cada função. Atuar além desses limites compromete a legalidade e a segurança jurídica do processo de parceria.

“Art. 59. A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.”

“Art. 61. São obrigações do gestor:

- I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;*
- II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;*
- IV - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 59;*
- V - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.”**

Considerando o disposto no artigo 59 da Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece que a Administração Pública deve emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação das parcerias, e que, em seu inciso II, prevê que, no caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos, o monitoramento e avaliação cabem aos respectivos Conselhos, o que reforça a competência do CMDCA para deliberar sobre o modelo de prestação de contas;

Considerando o artigo 63 da Lei Federal nº 13.019/2014, que dispõe sobre os procedimentos de monitoramento, determinando que este deve observar os parâmetros fixados no termo de colaboração ou de fomento, não cabendo à Comissão extrapolar tais limites, e que a prestação de contas deve ser realizada de forma simplificada e preferencialmente por meio eletrônico, garantindo eficiência e desburocratização;

Considerando que, nos termos do artigo 63, §1º da Lei Federal nº 13.019/2014, a prestação de contas deve ser realizada preferencialmente por meio eletrônico, garantindo maior transparência, simplificação, desburocratização e eficiência nos processos de monitoramento e avaliação das parcerias;

Considerando o disposto no artigo 65 da Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece que a prestação de contas e todos os atos dela decorrentes devem ser realizados, sempre que possível, em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado, alinhando-se aos princípios de transparência e eficiência na gestão pública;

Considerando o artigo 66 da Lei nº 13.019/2014, que disciplina a prestação de contas e determina que a comprovação da execução se dá por meio do relatório técnico de monitoramento e avaliação emitido pela Administração Pública, não sendo admissível a exigência de documentos ou informações não previstos no chamamento público ou no termo de parceria;

Causa estranheza a este Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a alegação apresentada pela Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA) de que teria havido qualquer tentativa de obstar ou dificultar o exercício de suas atribuições.

Desde a instituição da Lei Federal nº 13.019/2014, que rege as parcerias firmadas entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, este Conselho tem pautado sua atuação pela cooperação, transparência e respeito às competências de cada órgão envolvido.

Em momento algum o CMDCA adotou medidas que possam ser interpretadas como impeditivas do trabalho da Comissão. Ao contrário, diante do surgimento de orientações unilaterais que alteravam o sistema de prestação de contas já definido e homologado por este Conselho desde 2017, em conformidade com a legislação vigente, foi apenas solicitado que se aguardasse a realização de reunião conjunta para harmonizar procedimentos.

A atuação do CMDCA teve por único objetivo evitar duplicidade de exigências às instituições parceiras, assegurando a desburocratização e simplificação dos processos, conforme expressamente determina o marco regulatório do terceiro setor. A tentativa da CMA de impor formulários paralelos e novas obrigações não previstas implica sobrecarga às entidades e afronta ao princípio da eficiência administrativa.

Ademais, a Comissão não tem considerado as solicitações deste Conselho e das entidades. A Prefeitura Municipal, a Controladoria do Município de Balneário Camboriú e a própria Comissão já haviam manifestado o desejo de implementar um sistema eletrônico de prestação de contas, com o objetivo de simplificar e desburocratizar o processo, em estrito cumprimento ao que determina a Lei Federal nº 13.019/2014. A adoção desse sistema reforça o compromisso deste Conselho com a eficiência, transparência e legalidade das parcerias firmadas, evitando duplicidade de esforços e sobrecarga das instituições parceiras.

Não se trata, pois, de disputa institucional, mas sim de interpretação equivocada da Comissão acerca do alcance de suas atribuições. Ao levar o tema ao Ministério Público, a CMA cria uma suposta “queda de braço” inexistente na prática, procurando antecipar uma situação que jamais ocorreu.

Cumprе salientar, ainda, que se fosse intenção deste Conselho restringir ou sobrepor-se à Comissão, teria instituído a sua própria Comissão de Monitoramento e Avaliação, possibilidade expressamente prevista na Lei nº 13.019/2014. A inexistência de tal medida evidencia a boa-fé e a cooperação que sempre orientaram a atuação do CMDCA.

Assim, o que se verifica é que a Comissão vem extrapolando os limites que a lei lhe confere, criando entraves e exigências desproporcionais, em especial quando solicita documentos não previstos no edital do chamamento público, contrariando o que dispõe a legislação.

Diante disso, este Conselho reafirma seu compromisso com a legalidade e com o fortalecimento das parcerias, reiterando que sua atuação se dá nos estritos termos da lei.

Nestes termos, pede-se a devida compreensão e o reconhecimento de que não houve, em momento algum, qualquer conduta impeditiva por parte deste Conselho.

Anexo 02 – Casa do Autista

Posicionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Balneário Camboriú, órgão paritário, deliberativo e controlador das políticas públicas da área, vem, por meio deste, manifestar seu acompanhamento às recentes ações referentes à Casa do Autista e reafirmar seu compromisso com a transparência e a legalidade na gestão do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA).

Compreendendo a complexidade da gestão pública e a necessidade de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços essenciais à população, o CMDCA toma como base os dispositivos legais que regem sua atuação, em especial as Leis Municipais nº 1.033 e 1.133.

1. Sobre o Processo de Intervenção e a Legalidade das Decisões:

O CMDCA entende que a administração pública municipal, no exercício de sua competência, pode realizar intervenções em entidades e serviços quando identificadas irregularidades ou situações que demandem ação corretiva imediata para a proteção dos usuários, desde que tal medida observe estritamente o devido processo legal.

Nesse contexto, o Conselho não se manifesta sobre o mérito administrativo da decisão do Poder Executivo, mas reconhece a legitimidade de sua ação, desde que fundamentada em procedimentos que assegurem ampla defesa e contraditório, conforme preceitua o ordenamento jurídico. O papel do CMDCA, neste momento, é o de assegurar que quaisquer desdobramentos que envolvam recursos do FMDCA sejam, subsequentemente, analisados e aprovados por esta Casa, conforme determina a legislação.

2. Sobre o Futuro Plano de Trabalho e a Atuação do CMDCA:

Conforme estabelecido pela Lei Municipal nº 1.033, que dispõe sobre a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, e pela Lei Municipal nº 1.133, que estrutura o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), a gestão desses recursos é de responsabilidade do CMDCA. O Fundo é um instrumento fundamental para o financiamento das políticas públicas do setor, e sua correta aplicação é prioridade absoluta para este Conselho.

Desta forma, o CMDCA coloca-se à disposição para receber e analisar com a máxima diligência o novo plano de trabalho e a prestação de contas referentes aos serviços prestados na Casa do Autista, uma vez que forem encaminhados pelo Poder Executivo municipal. Nossa análise técnica e deliberativa terá como único objetivo garantir que a aplicação dos recursos públicos esteja em estrita conformidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com as diretrizes do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, sobretudo, com as leis municipais que nos regem.

3. Conclusão e Reafirmação do Compromisso:

O CMDCA de Balneário Camboriú acredita no diálogo construtivo e na necessária independência entre os Poderes, atuando sempre em prol do interesse maior, que é a garantia dos direitos de todas as crianças e adolescentes do nosso município.

Reiteramos, portanto, que aprovaremos as decisões e os planos encaminhados pelo Executivo Municipal que cumprirem integralmente as regras legais, assegurando que todo o processo seja público, transparente e esteja à disposição para consulta pela sociedade, conforme prevê a legislação.

Confiamos que, juntos, poderemos consolidar um atendimento de excelência na Casa do Autista, assegurando que cada recurso do FMDCA seja investido de forma a gerar impacto positivo e transformador na vida das crianças e adolescentes com espectro autista e de suas famílias.

Atenciosamente,

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 2511-976C-7CDE-9DCA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOSIANE HOEPERS (CPF 020.XXX.XXX-47) em 12/11/2025 10:46:06 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



MANUELA DE FÁTIMA ALMEIDA DUARTE (CPF 931.XXX.XXX-87) em 12/11/2025 19:15:13
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://bc.1doc.com.br/verificacao/2511-976C-7CDE-9DCA>